

'Centro Democrático' procura agora caminho da conciliação

Foto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — Depois de articular a derrubada de propostas feitas pelos "progressistas" nas instâncias da Constituinte, o grupo denominado "Centro Democrático" procura agora o caminho da conciliação, "para chegar a uma situação que impeça o pensamento muito nacional", declarou o líder do grupo, deputado Expedito de Melo (PMDB-CE), ao ser perguntado se admitia que o novo presidente a publicar, em uma eventual manifestação, um texto de mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

Antes, afirmou que o mandato do Presidente era inalterável. Hoje, na hora de votar isso — afirmou o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) — um dos líderes do grupo, cuja atuação na Constituinte é sintonizada com a do Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna.

A direção do grupo para o diálogo com setores considerados "progressistas" decorre da constatação de que o confronto nas votações dos anteprojeto das subcomissões, terminou por produzir um resultado final que não acabou a qualquer das tendências. Os setores "moderados" reconhecem que o confronto em alguns pontos terminou por levar as mãos a "dividir" os que desejavam.

Além disso, constataram que a articulação nas forças "progressistas" pode fazer travar as campanhas. Grande parte da força do grupo "moderado" do PMDB diz que da desorganização dos "progressistas".

Em consequência, a discussão em favor de uma Constituição moderada — "nem coisa velha, nem coisa nova" — Expedito manifesta a



Expedito (à esquerda) conversa com Alberto Fialho e Edice Regoroso

disposição de negociar com as diversas tendências, embora admita que os "moderados" não minoria. Garante: "Nem o Ulysses (Presidente do PMDB), nem o Luiz Henrique (Líder na Câmara), nem o Mário Covas (Líder na Constituinte) representam concretamente a expressão que nos representamos", assegurou.

Na hora das negociações, o "Centro Democrático" poderá colocar a questão da duração do mandato de Sarney, conforme admitiu Expedito. Ele argumentou que o crise nacional se manifestou de tal forma que as posições não podem ser definitivas. Avaliou ainda que o fato de se apunhar

publica estar associado a defesa que o "Centro Democrático" faz do mandato de cinco anos a uma defesa intransigente do Governo está "pesando muito" no grupo.

Temos que admitir que é um fardo pesado — disse Expedito.

A mesma disposição de negociar pontos do programa das comissões temáticas foi demonstrada por outros setores da Constituinte. O Líder do PCB, Roberto Dantas, apesar de desenvolver um trabalho paralelo com partidos de "esquerda", acha que entendimentos devem ser mantidos com os "moderados" e as vistas à definição de posições comuns, a partir de concessões recíprocas.

Maciel quer que partidos tenham despesas pagas

BRASÍLIA — O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, apresentou ontem à Comissão da Organização Política e Garantia das Instituições, um projeto de lei que possibilita de que os gastos políticos sejam indenizados pelas despesas de manutenção ou atividades eleitorais. Depois de classificar de "insuficientes" os recursos do Fundo Partidário, o Senador observou que "na Alemanha todos contribuem financeiramente para os partidos".

Maciel voltou a defender a realização de eleições para Prefeito no próximo ano, com mandatos de apenas dois anos, do tipo atípico, e a convocação de um novo pleito, em 1990, para a renovação simultânea de todos os cargos meos para a Presidência da República. Em seu entendimento, esta eleição deve ocorrer em 1988. O Senador admite a reeleição para os Prefeitos, excepcionalmente, na hipótese de aprovação do mandato tripartido.

O importante é que haja coincidência nas eleições municipais, estaduais e do Congresso, a partir de 90, para o pleito nos municípios mobiliza e mantém o eleitorado — disse.

Maciel voltou a evitar comentários sobre a corrida sucessória à Presidência da República, afirmando que "mas importante do que saber quem vai governar o País, é saber como irá governar". Segundo ele, a adaptação do processo sucessório, exige a obrigação do PFL a se reunir, no dia seguinte, para a escolha de um candidato à Presidência da República.

Elaborar uma Constituição precisa, se em instante de crise da Constituinte porque a nova Carta só deve ser feita sob as pressões da campanha eleitoral. A Constituinte não deve ser plataforma de lançamento de candidaturas — afirmou.

Defensor do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney com manutenção do sistema presidencialista, o Senador desaprovou a proposta de alguns setores no sentido de introduzir o parlamentarismo ainda ao atual Governo.

Por iniciativa do Secretário-Geral do PFL, Deputado Saulo Góes (MS), a Comissão da Organização Eleitoral e Garantia das Instituições debaterá a inclusão, no texto constitucional, do princípio da fidelidade partidária, que o Robador, Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), remete em seu anteprojeto aos estatutos dos partidos. Saulo prevê que o político que mudar de sigla no exercício do mandato ficará inelegível por quatro anos, só não se fundar uma nova agremiação.

Outra emenda, do Deputado Vitor Fontana (PFL-SC), estipula a perda do mandato daquele que deixar o partido sob cuja legenda foi eleito.